

Sem pé nem cabeça

Rogério L. Furquim Werneck*

Mais preocupante que a deterioração do quadro fiscal é a rápida degeneração do discurso do governo sobre a questão. Em visita a Washington, o ministro Mantega tratou de desqualificar críticas recentes à gestão das contas públicas como simples manifestação do que, no Ministério da Fazenda, vem sendo rotulado de “histeria fiscal”. Até mesmo o ministro Paulo Bernardo, com trajetória bem mais respeitável no governo, se permitiu agora adotar um discurso sem pé nem cabeça, na tentativa de racionalizar a farra fiscal que vem sendo comandada pelo Planalto.

Para perceber a real extensão da mudança no discurso do governo, é preciso remontar ao terceiro ano do primeiro mandato do presidente Lula. No segundo semestre de 2005, houve um grande embate na cúpula do governo em torno da idéia de um programa de ajuste fiscal de longo prazo. Percebendo que os gastos primários vinham crescendo ao dobro da taxa de crescimento do PIB, os ministros Antonio Palocci e Paulo Bernardo propuseram a adoção de medidas de contenção dessa expansão. Não se tratava de corte de gasto, mas de simples redução do ritmo de crescimento do dispêndio.

O desfecho desse embate é bem conhecido. A proposta acabou torpedeada por uma coalizão comandada pela Ministra Dilma Rousseff, coadjuvada por Guido Mantega, então presidente do BNDES. Classificada como rudimentar pela ministra-chefe da Casa Civil, a idéia foi definitivamente abandonada quando Antonio Palocci foi substituído por Mantega. Os mais otimistas acreditavam, contudo, que apesar do abandono da proposta, a percepção da necessidade de um esforço de ajuste fiscal de longo prazo continuava viva em segmentos importantes do governo: na equipe que havia sido montada por Antonio Palocci na Fazenda e no ministério do Planejamento, que havia permanecido sob o comando de Paulo Bernardo.

Tal otimismo mostrou-se infundado. A equipe de Palocci foi metodicamente desmontada e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), extraído do Planejamento, foi entregue ao ministro Mangabeira Unger para que dele fizesse o uso que bem entendesse. E, a se julgar por entrevistas recentes concedidas ao **Estado** e à *Agência Estado*, o ministro Paulo Bernardo parece ter mudado completamente de idéia. Agora acha que, tendo em vista as realizações do presidente Lula, a exacerbação da expansão fiscal nem mesmo merece atenção: “Quem vai olhar para isso?”. Acha também que o próprio FMI “rasgou a cartilha” de quem defende contenção de gastos. E que, qualquer deterioração fiscal será corrigida “lá na frente” pelo crescimento da receita. O que revela duplo otimismo: sobre o vigor da recuperação da economia e

sobre a possibilidade de voltar a contar, em tempo hábil, com a velha eficácia da máquina arrecadadora, sacrificada em meio ao furor da desmontagem da equipe deixada por Palocci na Fazenda.

Paulo Bernardo se agarra agora ao argumento de que os que criticam a política fiscal “estão tentando medir a realidade de hoje com a mesma régua com que mediam antes da crise”. Bem ao contrário do que parece sugerir o ministro, a melhor crítica que se pode fazer ao crescimento explosivo de gastos correntes do governo está fundada em medida feita com régua com que se mede o futuro, e não o passado. Expansão descontrolada de gastos correntes implica taxas de juros mais altas, investimento público atrofiado e carga tributária cada vez mais elevada. O que significa possibilidades de crescimento econômico mais acanhadas.

É curioso que, derrotado pela Ministra Dilma Rousseff no embate de 2005, Paulo Bernardo agora já não tenha dúvidas sobre a firmeza do compromisso da candidata com a consistência da política macroeconômica. “A Dilma, a Dilminha, vai continuar a política do Lula.” O ministro não vê por que a candidata poderia vir a ter postura mais complacente com a inflação. “A Dilma é economista. Não vai ser frouxa coisa nenhuma”. Não se sabe de onde Paulo Bernardo extraiu tamanha certeza sobre isso. Afinal, há menos de quatro anos, a ministra Dilma Rousseff deixou mais do que clara a medida exata de suas reais convicções sobre a questão, ao declarar à mídia que achava preferível ter mais recursos para investimentos e uma inflação de 15% ao ano.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.